



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

EDITORIAL – Edição Especial, out. 2010

TODOS OS TEMPOS DO INSTITUCIONALISMO BRASILEIRO: UMA HOMENAGEM AO PROFESSOR CLÓVIS LUIZ MACHADO-DA-SILVA

Frequentemente comparamos as etapas da vida com as estações do ano. O “outono da vida”, embora seja uma expressão lúgubre, remete à fase que todos esperamos encontrar no transcurso de nossa história. Mas também é o momento onde é possível uma reflexão e contribuição intelectual mais profunda. De forma diferente de disciplinas como a matemática, cujas contribuições mais importantes são geralmente trazidas pelos mais jovens, nas ciências sociais a contribuição daqueles mais “maduros” é essencial. Além das relações pessoais que vários de nós nutriram com o Professor Clóvis Luiz Machado-da-Silva, enfrentamos o fato de que perdemos uma das mentes mais inquietas da nossa comunidade, muito antes do esgotamento do seu potencial criativo.

Em meados de 2006 tive a oportunidade de visitar o Professor Clóvis em Curitiba. Pude observar que uma das prateleiras em destaque, ocupando uma parede inteira na sala da casa dele, estava repleta de monografias, dissertações e teses. Depois de gabar-se um pouco do número de orientandos que já havia formado, ele abriu a dissertação da Professora Valéria Silva da Fonseca e comentou que levou muito tempo para conseguir trabalhar com o institucionalismo no Brasil. Completou Clóvis de forma sóbria que, por muito tempo nenhum orientando havia “topado” o desafio. Se em 2009 foi possível realizar uma tese demonstrando o desenvolvimento do institucionalismo no Brasil (ver Guarido Filho, Machado-da-Silva e Gonçalves, 2009), isso se deveu ao grupo forte que ele foi capaz de animar. Quando examinamos as redes, os laços sociais, as referências, enfim, todo o material levantado pelo

Professor Edson Ronaldo Guarido Filho, temos apenas uma pálida impressão da força das ideias que moveram esse grupo.

O primeiro desafio foi a própria introdução dessa ideia no campo de Estudos Organizacionais no Brasil, no seio da Administração, sem a forte intersecção com os departamentos de sociologia, como houve em outros países. Em um campo tradicionalmente polarizado entre teorias instrumentais e teorias críticas, a teoria institucional buscou estabelecer a sua própria posição. Em resposta às teorias instrumentais, a teoria institucional no Brasil mostrou que a fonte práticas gerenciais são legitimadas externamente à organização. Mas foi com as críticas à teoria institucional que se deu o debate mais acalorado. A ênfase na dimensão cognitiva e cultural trazia uma perspectiva alternativa para entender a relação entre instituição e poder nas organizações. Retrospectivamente, podemos observar o movimento em direção à ênfase da dimensão cognitiva nos estudos institucionais brasileiros, culminando na elaboração mais explícita das conexões entre o institucionalismo e o conceito de estruturação de Giddens (ver Machado-da-Silva, Fonseca, Crubellate, 2005). Esse movimento antecipou a recuperação de Giddens no institucionalismo norte-americano, que foi ocorrer apenas nos últimos anos (ver Scott, 2008).

Podemos assumir ou exigir que o institucionalismo brasileiro caminhe para a ênfase crescente na dimensão cognitiva? Não necessariamente. Estudos institucionalistas recentes nos Estados Unidos e na Europa buscam novamente o diálogo com teóricos como Marx e Bourdieu, onde a dimensão cultural e cognitiva é articulada com a ideia “dura” de poder, relações de dominação e violência simbólica. A influência desses textos poderá fazer-se sentir no institucionalismo brasileiro, levando a novas direções e diálogos.

Acredito que o conjunto de artigos reunidos pela revista *Perspectivas Contemporâneas* representa ao mesmo tempo a influência do Professor Machado-da-Silva e a pluralidade de um campo de estudos que teima em não convergir para um único paradigma. O conjunto de papers editados demonstra a ampla gama de análises possíveis.

A análise do “isomorfismo”, a tendência das firmas em copiar umas às outras, foi uma das principais contribuições do institucionalismo dos anos 80. Neste número,

Alperstedt, Moraes, Spohr e Sarubbi mostram como esse conceito pode ser aplicado nos estudos de gestão internacional, ainda muito marcado por teorias instrumentais e gerencialistas. Graeff, Fernandes, Angonese e Massukado exploram novas metodologias para mapear as pressões ambientais que levam ao isomorfismo. Angonese e Machado-da-Silva investigam os desdobramentos possíveis quando firmas estão expostas a contextos institucionais com escopos diversos e múltiplas pressões ambientais.

Uma das guinadas mais importantes do institucionalismo nos anos 80 foi o enfoque no “campo organizacional” como o nível de análise mais relevante. De forma correlata à Ecologia Organizacional, acreditava-se que o nível organizacional poderia ser entendido como epifenômico ao nível do campo. Em contraste, Giotto, Del Prá Netto Machado buscam o retorno ao nível organizacional, ao explorar como os diferentes mecanismos de institucionalização explicam a adoção de novas práticas de RH. Em contraste com a visão de firmas passivas e dóceis às pressões isomórficas, Mariz e Oliveira mostram como em um campo médico-hospitalar os atores sociais foram capazes de inserir variações e afastar-se do vortex homogeneizador, ao mesmo tempo em que exercitavam seu poder de influência no campo organizacional. Kirschbaum explora em seu texto teórico algumas possibilidades de desenvolvimento da teoria institucional a partir de dinâmicas intraorganizacionais.

Em contraste com os estudos estáticos, que assumem os sistemas sociais em equilíbrio, Machado-da-Silva, Walter e Capuano da Cruz exploram as dinâmicas de institucionalização e desinstitucionalização no campo de produção e consumo de vinho, sob a égide do estruturacionismo. De forma correlata, Gonçalves e Ferro investigam a inserção de novas lógicas institucionais no ensino e Baratter, Ferreira, e Costa exploram as dinâmicas de institucionalização, desinstitucionalização e reinstitucionalização em campos maduros, sob a égide de empreendedorismo institucional.

Finalmente, Crubellate e Vasconcelos apontam para o papel mediador da cognição para explicar como as firmas percebem a legitimidade de novas práticas e regulamentações. O argumento principal dos autores é que abordagens “objetivistas”

não dão conta do fenômeno institucional, pois não dão a devida ênfase à interpretação dos atores socialmente inseridos.

A pluralidade de trabalhos aqui apresentados representa diversos tempos e momentos do institucionalismo no mundo e no Brasil e diversos desdobramentos da influência do Professor Clóvis. Não há nenhum motivo para que tomemos esses tempos e momentos em uma narrativa evolutiva teleológica, enfatizando o novo em detrimento de abordagens mais tradicionais. Aparentemente nas ciências sociais, assim como nas estações dos anos, as narrativas são mais próximas de ciclos de renovações do que de linhas evolucionárias contínuas (Abbott, 2006).

REFERÊNCIAS

ABBOTT, A. 2006. Reconceptualizing knowledge accumulation in sociology. **The American Sociologist**, 37: p. 57-66.

GUARIDO FILHO, E. R.; MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Organizational institutionalism in the academic field in Brazil: social dynamics and networks. **BAR. Brazilian Administration Review**. 6: p. 299-315. 2009.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da; CRUBELLATE, João Marcelo. Estrutura, Agência e Interpretação: Elementos para uma Abordagem Recursiva do Processo de Institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**. 1a. Edição Especial, p. 09-39. 2005.

SCOTT, W. Richard. Approaching adulthood: The maturing of institutional theory. **Theory and Society**, v. 37, n. 5, p. 427-442, 2008.

Charles Kirschbaum

Professor Assistente do INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa.
Doutor pela EAESP-FGV (estudos organizacionais) e Mestre em Ciência Política pela
Universidade de São Paulo - USP.
Atualmente desenvolve o pós-doutorado em Sociologia Econômica na Universidade de
Columbia, com bolsa da CAPES.